

[Handwritten signature]



município de

VIMIOSO

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

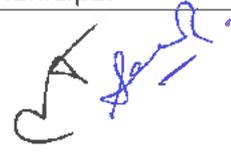
MUNICÍPIO DE VIMIOSO

CÂMARA MUNICIPAL



RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

MARÇO 2017



Índice

1 – Introdução	2
2 – Estratégia Operacional	3
3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano	5
4 – Considerações Gerais das Contas do Município	7
5 – Receita	8
6 – Despesa.....	17
7 – Execução das Grandes Opções do Plano	22
8 – Transferências e Subsídios	25
9 – Dívida do Município	26
10 – Situação Económica e Financeira – Sua Evolução	27
11 – Conclusão	32

1 – Introdução:

O relatório de gestão integra os documentos da Prestação de Contas do Município de Vimioso no ano de 2016, dando cumprimento ao previsto na alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece como competência da Câmara Municipal a elaboração e aprovação dos documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

O regime de contabilidade autárquica em vigor (POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, e respetivas alterações) refere como documentos de prestação de contas das autarquias locais os seguintes:

- Balanço;
- Demonstração de resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexos às demonstrações financeiras;
- Relatório de gestão.

Documentos a remeter ao Tribunal de Contas.

Relativamente ao relatório de gestão convém referir que se torna pertinente e imprescindível termos em consideração as especificidades da Administração Local, pelo que as conclusões feitas relativamente à sua gestão deverão ter em conta que a missão do Município de Vimioso será sempre a satisfação das necessidades coletivas e não a obtenção de lucro.

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

03 ABR. 2017

DELIBERAÇÃO

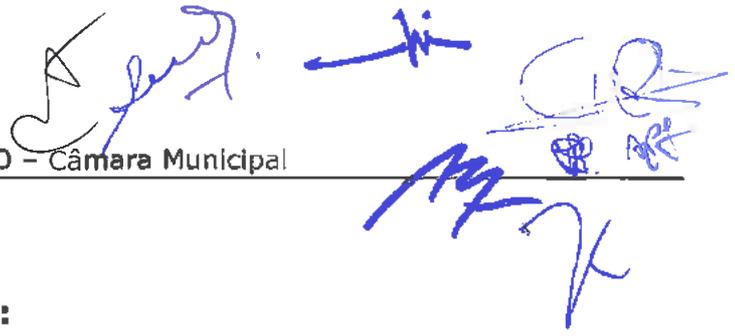
*Deliberado aprovar
Higino*

PRESENTE NA REUNIÃO
ORDINÁRIA

21 MAR. 2017

DELIBERAÇÃO:

*Deliberado aprovar e
submeter à apreciação
e aprovação da Assm-
blia Municipal.*
(Col)



2 - Estratégia Operacional:

2.1 Enquadramento Nacional:

A situação financeira económica e social do país e as opções governamentais condicionam a ação das autarquias locais não obstante a autonomia administrativa e financeira destas.

As opções tomadas tiveram em conta a conjuntura financeira, económica e social que o país atravessa (crise) e a consequente resposta, possível, para minorar os seus efeitos no nosso concelho.

2.2 Opções Locais:

As opções do Município de Vimioso durante o ano de 2016 foram abordadas de uma forma sistemática, com o objetivo de maximizar o desenvolvimento económico e valorizar os recursos com potencial turístico, sempre acompanhado de um redobrado esforço de políticas sociais de proximidade.

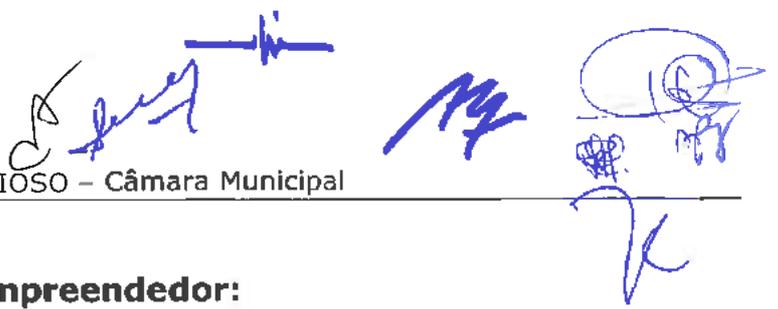
A defesa intransigente dos interesses do concelho e, portanto da sua população, ficam claramente demonstrados nas opções tomadas e ações desenvolvidas, sempre orientados pelo superior interesse público.

Partindo da identificação dos elementos que compõem e contribuem para o desenvolvimento sustentado do concelho, conhecendo a forma como os mesmos se relacionam e tendo sempre presente o bem-estar das populações, dois grandes níveis de atuação foram definidos: Um imperativo e outro estrutural e empreendedor.

2.3 A Nível Imperativo:

Neste patamar as opções foram claras, inequívocas e objetivas:

- Consolidar, tanto quanto possível, uma política defensora dos agentes locais;
- Cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas com particular atenção ao mercado local;
- Redução do investimento com recurso exclusivo a capitais próprios;
- Avaliar todos os cenários e posições, numa lógica de médio e longo prazo;
- Apoiar iniciativas que se traduzam em mais valias para o concelho;
- Maximização dos recursos e meios próprios.



2.4 A Nível Estrutural e Empreendedor:

Estes domínios são os que mais se relacionam com a componente de realização de obras. Em síntese, privilegiamos:

- A criação de condições de expansão e captação de investimentos;
- A defesa e promoção da educação e cultura;
- O apoio às I.P.S.S.'s e promoção de uma política social e educativa, imprescindível em tempo de grave crise;
- A requalificação de espaços públicos;
- A reabilitação do património, numa clara preservação da cultura e promoção do turismo;
- Actuações ao nível do tratamento e salvaguarda dos recursos hídricos;
- A implementação de estratégias de consolidação do espaço edificado de forma harmoniosa e eficaz;
- O apoio à atividade das freguesias, clubes e associações, fundamentais na construção de dinâmicas sociais, culturais e desportivas geradoras de desenvolvimento económico.

Foram estes dois níveis de atuação e as competentes medidas enunciadas que garantiram, ao Município de Vimioso, um ano de 2016 com inovação, com melhoria da qualidade de vida dos munícipes e com uma perspetiva de crescimento no curto prazo.

3 – Orçamento e Grandes Opções do Plano:

O Orçamento da Receita e da Despesa o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Atividades Municipais para o ano financeiro de 2016, foram aprovados em 27 de outubro de 2015 pela Câmara Municipal e em 11 de dezembro do mesmo ano, pela Assembleia Municipal, num total de 10.526.485,00€.

Ao longo do ano, motivadas pela normal gestão dos recursos financeiros do Município, propuseram-se e foram aprovadas, 3 alteração e 3 revisões ao orçamento da receita, 25 alterações e 6 revisões ao orçamento da despesa, 20 alterações e 5 revisões ao Plano Plurianual de Investimentos e ainda uma alteração ao Plano de Atividade Municipais.

➤ Revisões Orçamento da Receita

A primeira revisão do Orçamento da Receita foi para a utilização do saldo da gerência anterior no valor de 1.494.583,58€, aprovada pela Câmara Municipal a 05 de abril e pela Assembleia Municipal em 25 de abril de 2016.

A segunda revisão ao Orçamento de Receita, aprovada na mesma data esteve relacionada com a redução de um empréstimo de médio e longo prazo, no valor de 37.001,42€ junto do Banco Santander Totta, S. A., para a realização do Investimento “Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)”.

A terceira e última revisão ao Orçamento da Receita foi para a criação da rubrica 100307 – Estado – Participações Comunitárias em Projetos Co-financiados – e foi aprovada pela Câmara Municipal a 09 de agosto de 2016 e pela Assembleia Municipal em 23 de setembro de 2016.

➤ Revisões Orçamento da Despesa

A primeira revisão ao Orçamento da Despesa aprovada pela Câmara Municipal em 05 de abril de 2016 e pela Assembleia Municipal em 25 de abril de 2016 serviu para reforçar várias rubricas de investimentos (070101 – Terrenos, 07010307 – Outros Edifícios, 07010401 – Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares, 07010413 - Outros e 070115- Outros Investimentos).

A segunda revisão do Orçamento da Despesa aprovada pelos mesmos órgãos nas mesmas datas, diminuição da rubrica 07010408 – Viação Rural.

A terceira revisão ao orçamento da despesa teve a ver com o reforço das rubricas económicas 07010307 e 07010403 e com a diminuição na rubrica 07010503 aprovada pela Assembleia Municipal em 17 de junho de 2016.

A quarta revisão serviu para reforçar as rubricas 07010406 e 07010408 por contrapartida de diversas rubricas de despesas de capital aprovada pela Câmara

Municipal 14 de junho de 2016 e pela Assembleia Municipal em 17 de junho do mesmo ano.

A quinta revisão ao orçamento da despesa foi reforçada a rubrica 07010307 e foi aprovada pela Câmara Municipal em 09 de agosto de 2016 e pela Assembleia Municipal em 23 de setembro de 2016.

A sexta e última revisão do orçamento da despesa serviu para criar a rubrica de capital 100705 e foi aprovada pela Câmara Municipal em 31 de outubro de 2016 e pela Assembleia Municipal em 25 de Novembro de 2016.

➤ **Revisões ao Plano Plurianual de Investimentos**

A primeira revisão do PPI – Plano Plurianual de Investimentos teve como objeto reforçar algumas ações do ano de 2016 e de anos seguintes, tendo sido aprovada pela Câmara Municipal em 5 de abril de 2016 e pela Assembleia Municipal em 25 de abril de 2016.

A segunda revisão aprovada pelos mesmos órgãos, nas mesmas datas, serviu para diminuir a ação 78, relacionada com o empréstimo bancário entretanto contraído.

A terceira alteração do PPI, aprovada pela Câmara Municipal em 31 de maio de 2016 e pela Assembleia Municipal em 17 de junho de 2016, foi para criara duas ações no Plano e dotar as mesmas para os anos seguintes.

A quarta, para criar duas ações no PPI, como contrapartida de diminuições noutras ações. Foi aprovada pela Câmara Municipal em 14 de junho de 2016 e pela Assembleia Municipal em 17 de junho de 2016.

A quinta e última para reforçar a ação da Intervenção de Conservação e Restauração da Igreja Matriz de Vimioso. Foi aprovada pela Câmara Municipal em 09 de agosto de 2016 e pela Assembleia Municipal em 23 de setembro de 2016.



4 - Considerações Gerais das Contas do Município:

O presente quadro reflete os movimentos dos recebimentos e dos pagamentos de todas as operações efetuadas no presente ano económico e financeiro. De seguida, passaremos a analisar, detalhadamente, os respetivos saldos. Realça-se o saldo para a gerência seguinte de 2.317.030,21€ em operações orçamentais.

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA		
Recebimentos		
Saldo da gerência anterior		2.085.725,82 €
Execução orçamental	1.494.583,58 €	
Operações de tesouraria	591.142,24 €	
Receitas orçamentais		8.588.865,41 €
Correntes	7.097.835,66 €	
Capital	1.491.029,75 €	
Outras		
Operações de tesouraria		600.449,53 €
Total		11.275.040,76 €
Pagamentos		
Despesas Orçamentais		7.766.418,78 €
Correntes	6.073.178,64 €	
Capital	1.693.240,14 €	
Operações de tesouraria		636.044,76 €
Saldo para a gerência seguinte		2.872.577,22 €
Execução orçamental	2.317.030,21 €	
Operações de tesouraria	555.547,01 €	
Total		11.275.040,76 €

5 - Receita:

5.1 Estrutura da Receita:

O quadro que se segue discrimina por rubricas, a receita arrecadada na gerência de 2016, a qual totalizou o montante de 8.588.865,41€.

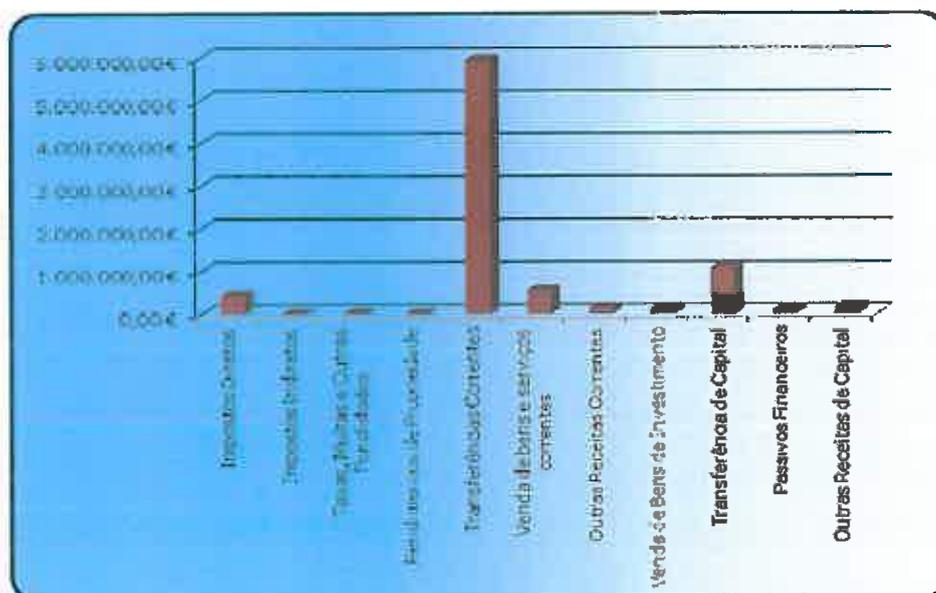
RESUMO DA RECEITA				
Receitas Correntes			Receitas Capital	
Impostos Diretos	419.158,66 €	4,88%	Venda de Bens de Investimento	135.717,50 € 1,58%
IMI - Imposto Municipal Sobre Imóveis	298.716,76 €	3,48%	Transferência de Capital	1.081.759,94 € 12,59%
IUC - Imposto Único de Circulação	76.210,91 €	0,89%	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	15.516,29 € 0,18%
IMT - Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas Imóveis	44.230,99 €	0,51%	Administração Central:	
Impostos Indiretos	9.679,11 €	0,11%	- Fundo de Equilíbrio Financeiro	585.364,00 € 6,82%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	28.296,64 €	0,33%	- Participação comunitária em projetos cofinanciados	480.879,65 € 5,60%
Rendimentos Propriedade	9.695,64 €	0,11%	Passivos Financeiros	109.724,62 € 1,28%
Transferências Correntes	5.936.340,69 €	69,12%	Outras Receitas de Capital	163.827,69 € 1,91%
Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	238.636,88 €	2,78%		
Administração Central:				
- Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.268.280,00 €	61,34%		
- Fundo Social Municipal	77.021,00 €	0,90%		
- Participação variável no IRS	105.282,00 €	1,23%		
- Outras	168.055,88 €	1,96%		
- Serviços e Fundos Autónomos	79.064,93 €	0,92%		
Venda de bens e serviços correntes	563.434,86 €	6,56%		
Outras Receitas Correntes	131.230,06 €	1,53%		
Total das Receitas Correntes	7.097.835,66 €	82,64%	Total das Receitas Capital	1.491.029,75 € 17,36%
Total das Receitas Orçamentais			8.588.865,41 €	

Relativamente à sua estrutura ou composição, salientam-se os seguintes aspectos:

- Supremacia das receitas correntes representando 82,64% das receitas totais do ano de 2016, a que corresponde o montante 7.097.835,66€, por contraposição aos 17,36% das receitas de capital, com um valor 1.491.029,75€.
- No ano de 2016 as receitas totais registaram uma redução de 391.305.99€ face às receitas do ano de 2015. Essa evolução resultou de um decréscimo de 292.332,33€ nas receitas de capital, acompanhado com um decréscimo de 98.973,66€ nas receitas correntes.
- Dentro das receitas correntes verificou-se uma supremacia das Transferências Correntes que representam 69,12% da totalidade das receitas anuais, com especial relevância para o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação variável no IRS.
- Convém realçar que a venda de bens e serviços representaram 6,56% da receita total do município no ano de 2016, seguidos dos Impostos Diretos que ascendem a 4,88% da receita total.
- Relativamente às receitas de capital podemos dizer que são essencialmente verbas resultante do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e de Fundos Comunitários. Estas totalizam o montante de 1.066.243,65€ e representam 71,51% das receitas de capital.
- Na rubrica passivos financeiros estão registadas as receitas provenientes da contratação de um empréstimo bancário para a realização do investimento "Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)". Este empréstimo tem como limite máximo 858.600,00€, tendo sido utilizado no ano de 2015 o montante 662.578,89€ e no ano de 2016 o total de 109.724,62€.

O gráfico seguinte é elucidativo a este respeito:

ESTRUTURA DA RECEITA



Mais detalhadamente, poder-se-á ainda referir o seguinte:

- O capítulo dos Impostos Diretos, divide-se em: Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com valores percentuais de 4,21%, 1,07% e 0,62% face ao total da Receita Corrente e valores absolutos na ordem de 298.716,76€ na primeira, 76.210,91€ na segunda, 44.230,99€ na terceira.

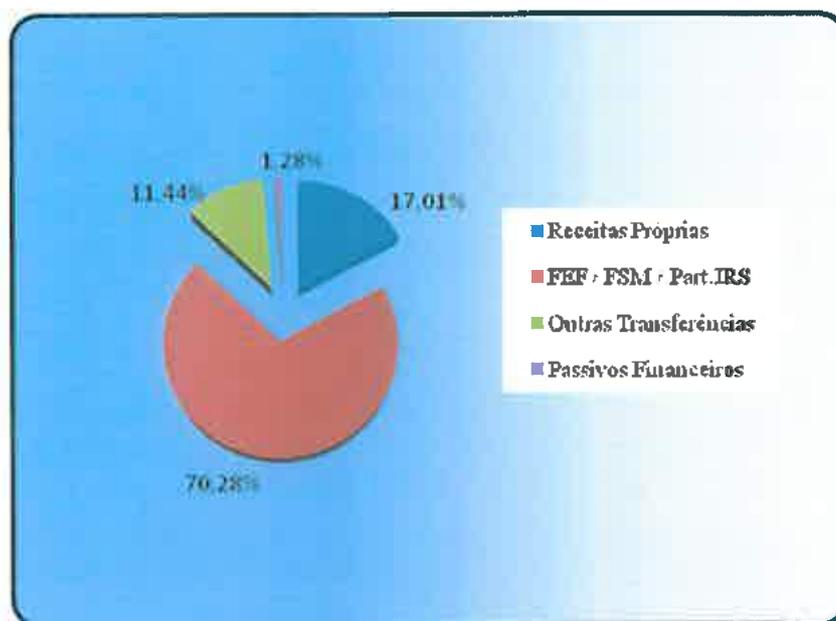
Fazendo agora uma divisão global da receita na óptica da sua autonomia, a estrutura obtida é a seguinte:

RECEITA TOTAL - FUNDOS PRÓPRIOS E ALHEIOS		
Rubricas	Valores	Percentagem
Receitas Próprias	1.461.040,16 €	17,01%
Transferências		
FEF / FSM / Participação Fixa IRS	6.035.947,00 €	70,28%
Outras Transferências	982.153,63 €	11,44%
Passivos Financeiros	109.724,62 €	1,28%
TOTAL	8.588.865,41 €	100%

Relativamente ao quadro anterior, a sua análise descritiva merece os seguintes comentários:

- Em primeiro lugar, um volume de receitas próprias de 1.461.040,16€, a que corresponde um reduzido índice de autonomia financeira de, aproximadamente, 17,01%.
- Peso relevante das Transferências Totais (FEF / FSM / Participação Variável no IRS + Outras Transferências), com um valor muito expressivo: 7.018.100,63€, representando 81,71% da receita total anual.
- Os Passivos Financeiros (receita proveniente do empréstimo bancário contraído para a realização do investimento "Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)) representaram 1,28% das receitas arrecadadas no ano de 2016.

AUTONOMIA FINANCEIRA



Da análise do quadro seguinte, relativo às receitas próprias, verifica-se o seguinte:

- Supremacia da Venda de Bens e Serviços Correntes, no cômputo das receitas próprias, com um valor relativo de 38,56%, seguido dos Impostos Diretos que representam 28,69% das receitas próprias e das Outras Receitas Correntes com 11,21%.

- As restantes rubricas apresentam pouco peso na estrutura dos fundos próprios.

RECEITA - FUNDOS PRÓPRIOS		
Rubricas	Valores	Percentagem
Impostos Diretos	419.158,66 €	28,69%
Impostos Indiretos	9.679,11 €	0,66%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	28.296,64 €	1,94%
Rendimentos de Propriedade	9.695,64 €	0,66%
Venda de Bens e Serviços Correntes	563.434,86 €	38,56%
Outras Receitas Correntes	131.230,06 €	8,98%
Venda de Bens de Investimento	135.717,50 €	9,29%
Outras Receitas de Capital	163.827,69 €	11,21%
TOTAL	1.461.040,16 €	100%

Fazendo agora um breve comentário aos "Fundos Alheios" e aos capítulos que os abrangem, nomeadamente, Transferências, já que o seu significado e conteúdo não é imediato, mas contudo, relevante, convirá ter presente que na sua maioria são constituídas por receitas oriundas das transferências do Orçamento de Estado e de Fundos Comunitários cujas receitas estão consignadas a projetos específicos em áreas bem diversas.

5.2 Evolução da Receita:

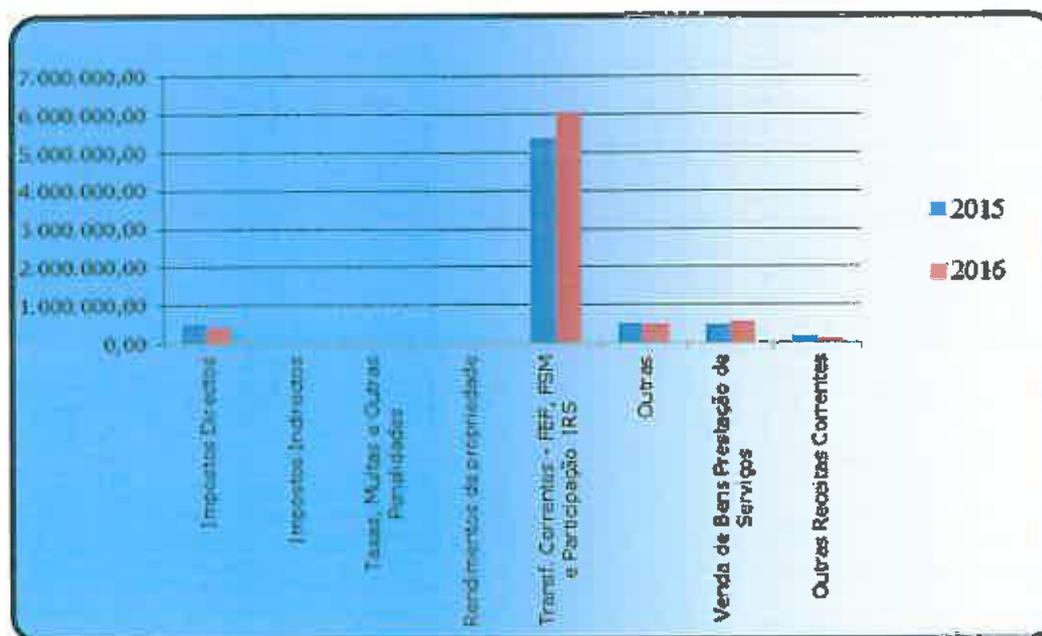
A evolução da receita relativamente às gerências anteriores (2014, 2015 e 2016), analisada segundo as ópticas já utilizadas, está representada nos quadros que se seguem.

EVOLUÇÃO DA RECEITA				
Receitas Correntes	2014	2015	2016	Variação Absoluta 2016-2015
Impostos diretos	468.095,64 €	533.057,00 €	419.158,66 €	-113.898,34 €
- IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis	358.445,36 €	362.013,55 €	298.716,76 €	-63.296,79 €
- IUC - Imposto Único de Circulação	84.978,90 €	78.926,74 €	76.210,91 €	-2.715,83 €
- IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis	24.671,38 €	92.116,71 €	44.230,99 €	-47.885,72 €
Impostos indiretos	8.344,57 €	7.675,90 €	9.679,11 €	2.003,21 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	22.911,20 €	24.363,94 €	28.296,64 €	3.932,70 €
Rendimentos de propriedade	1.747,33 €	1.786,89 €	9.695,64 €	7.908,75 €
Transferências Correntes	5.606.152,27 €	5.912.491,43 €	5.936.340,69 €	23.849,26 €
FEF; FSM; Participação no IRS	5.105.943,00 €	5.385.006,00 €	5.450.583,00 €	65.577,00 €
Outras	500.209,27 €	527.485,43 €	485.757,69 €	-41.727,74 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	474.929,61 €	508.301,09 €	563.434,86 €	55.133,77 €
Outras Receitas Correntes	290.099,19 €	209.133,07 €	131.230,06 €	-77.903,01 €
Total Receitas Correntes	6.872.279,81 €	7.196.809,32 €	7.097.835,66 €	-98.973,66 €
Receitas de Capital	2014	2015	2016	Variação Absoluta 2016-2015
Venda de Bens de Investimento	4.893,45 €	17.000,00 €	135.717,50 €	118.717,50 €
Transferências de Capital	1.712.149,89 €	1.096.356,03 €	1.081.759,94 €	-14.596,09 €
FEF	553.144,00 €	577.764,00 €	585.364,00 €	7.600,00 €
Outras	1.159.005,89 €	518.592,03 €	496.395,94 €	-22.196,09 €
Passivos financeiros	0,00 €	662.578,89 €	109.724,62 €	-552.854,27 €
Outras Receitas de Capital	0,00 €	7.427,16 €	163.827,69 €	156.400,53 €
Total Receitas de Capital	1.717.043,34 €	1.783.362,08 €	1.491.029,75 €	-292.332,33 €
Receitas Totais	8.589.323,15 €	8.980.171,40 €	8.588.865,41 €	-391.305,99 €

Tal como se procedeu no ponto anterior, sublinham-se de seguida e, resumidamente, os aspectos que se configuram como mais relevantes:

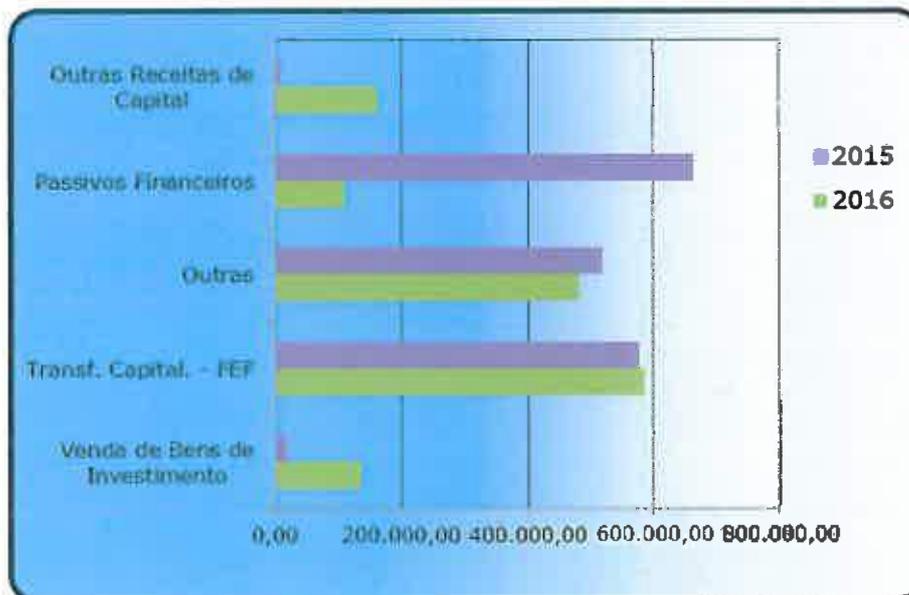
- Descida da Receita Total, no valor de 391.305,99€, em percentagem da ordem dos 4,36% relativamente ao ano anterior.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES



- As receitas correntes registaram um decréscimo de 98.973,66€, isto é, de 1,38% face ao ano anterior.
- Dentro das receitas correntes também convém realçar que os Impostos Diretos apresentaram uma evolução negativa e um decréscimo de 21,37% face ao ano de 2015, que em termos reais perfaz 113.898,34€.
- O montante de receitas correntes previsto no Orçamento de Estado de 2016 e transferido para o Município de Vimioso registou uma subida de 65.577,00€.
- As Outras Receitas correntes registaram um decréscimo de 77.903,01€.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS CAPITAL



- O cálculo da variação absoluta das Receitas de Capital (sem o saldo da gerência) dos anos de 2016 e de 2015 permite-nos concluir que se verificou uma descida de 292.332,33€ no ano de 2016 face a 2015.
- No âmbito das Transferências de Capital, o Fundo de Equilíbrio Financeiro registou um acréscimo de 7.600,00€ e os Fundos Comunitários registaram uma descida de 37.712,38€.
- Ainda na análise das Receitas de Capital verifica-se face ao ano de 2015 um decréscimo de 552.854,27€ na rubrica de Passivos Financeiros.
- A rubrica Venda de Bens de Investimento registou uma variação positiva na ordem dos 118.717,50€.
- As Outras Receitas de Capital aumentaram em 156.400,53€ e respeitam à execução de garantias bancárias e/ou de cauções de empreitadas que apresentavam defeitos e que o Município procedeu à sua correção.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Rubricas	2015	2016	Variação Absoluta 2016-2015	Variação Relativa
Impostos Diretos	533.057,00 €	419.158,66 €	-113.898,34 €	-21,37%
Impostos Indiretos	7.675,90 €	9.679,11 €	2.003,21 €	26,10%
Taxas Multas e Outras Penalidades	24.363,94 €	28.296,64 €	3.932,70 €	16,14%
Rendimentos de Propriedade	1.786,89 €	9.695,64 €	7.908,75 €	442,60%
Venda de Bens e Serviços	508.301,09 €	563.434,86 €	55.133,77 €	10,85%
Outras Receitas Correntes	209.133,07 €	131.230,06 €	-77.903,01 €	-37,25%
Venda de Bens de Investimento	17.000,00 €	135.717,50 €	118.717,50 €	698,34%
Outras Receitas de Capital	7.427,16 €	163.827,69 €	156.400,53 €	2105,79%
TOTAL	1.308.745,05 €	1.461.040,16 €	152.295,11 €	11,64%

Também aqui, analisando o quadro anterior, mais detalhadamente, deve salientarse:

- As Receitas Próprias registaram um aumento de 152.295,11€, isto é, de 11,64% face ao ano de 2015.
- Os Impostos Diretos diminuíram 113.898,34€ face ao ano anterior e os Impostos Indiretos registaram um acréscimo de 2.003,21€.
- Acréscimo no capítulo de Venda de Bens e Prestação de Serviços em 55.133,77€.
- De referir na Venda de Bens de Investimento uma subida de 118.717,50€ e um decréscimo de 77.903,01€ na rubrica Outras Receitas Correntes.
- Registou-se uma subida de 7.908,75€ nos Rendimentos de Propriedade. Esta subida prende-se com a distribuição de fundos por parte do LRTM - LABORATÓRIO REGIONAL DE TRÁS-OS-MONTES, Lda, na proporção da respetiva participação no capital social (9.090,91€).
- As Outras Receitas de Capital aumentaram em 156.400,53€

6 – Despesa:

6.1 Estrutura da Despesa:

Os dois quadros que se seguem reproduzem a estrutura da despesa durante a gerência em análise, a qual, como se pode verificar, totalizou o valor de 7.766.418,78€.

ESTRUTURA GLOBAL DA DESPESA		
Descrição	2016	%
Despesas Correntes	6.073.178,64 €	78,20%
Despesas Capital	1.693.240,14 €	21,80%
Despesas Totais	7.766.418,78 €	100,00%

A este propósito, justificar-se-ão as seguintes observações:

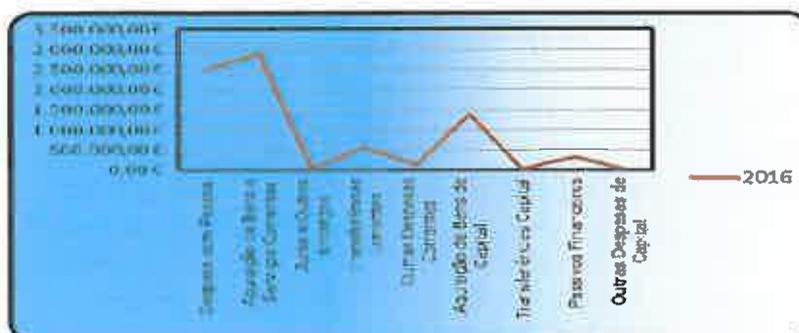
- Supremacia das Despesas Correntes com 78,20%, a que corresponde um volume de fundos de 6.073.178,64€, por contraposição aos 21,80% das Despesas de Capital, com um valor de 1.693.240,14€.
- Presença intermédia das despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes, Despesas com Pessoal e Aquisição de Bens de Capital, com uma expressão de 37,09%, 32,22% e 17,68%, respetivamente, no contexto das despesas totais.
- Presença não muito significativa das restantes rubricas da classificação económica.

ESTRUTURA DETALHADA DA DESPESA		
Descrição	2016	%
Despesa com Pessoal	2.502.448,25 €	32,22%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.880.808,71 €	37,09%
Juros e Outros Encargos	35.219,39 €	0,45%
Transferências Correntes	542.000,56 €	6,98%
Outras Despesas Correntes	112.701,73 €	1,45%
Aquisição de Bens de Capital	1.373.254,22 €	17,68%
Transferências Capital	9.950,00 €	0,13%
Passivos Financeiros	308.309,92 €	3,97%
Outras Despesas de Capital	1.726,00 €	0,02%
TOTAL	7.766.418,78 €	100,00%

Relativamente aos investimentos realizados na rubrica de "Aquisição de Bens de Capital" que ascendem a 1.373.254,22 €, podemos realçar as seguintes despesas:

- *"Viação Rural"* (271.861,30€) que abrange, para além de outras, as despesas das seguintes empreitadas: *"Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices)"* que totaliza uma execução de 109.724,62€ no ano de 2016, e *"Beneficiação da Estrada Vimioso-Pinelo (EN218-2) - Tramo CM 1117-Rio Maçãs"* com 132.268,88€.
- *"Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares"* com 378.039,93€, onde se destacam as requalificações nas localidades de Serapicos, Algosó, Caçarelhos e Vimioso, assim como a construção de passeios e muros em várias localidades do concelho.
- *"Outros Edifícios"* (239.834,43€) que abrange as despesas com a aquisição de dois imóveis e com a realização de três empreitadas (Beneficiação / Conservação de Imóveis – Sistema de climatização no Balneário Termal da Terronha, Casa da Cultura, Paços do Concelho e Centro Interpretativo das Minas de Argoselo – 54.573,90€) (Beneficiação / Conservação de Imóveis – Adaptação de Edifícios de Apoio ao Parque – 80.151,85€) e (Instalação de uma cozinha de apoio no Pavilhão Multiusos – 71.544,70€).
- A aquisição de *"Terrenos"* totalizou o montante de 71.343,75€.
- *"Instalações Desportivas e Recreativas"* com 273.364,41€, onde se destacam a Substituição do Relvado Sintético do Grande Campo de Jogos em Vimioso (155.356,93€) e Instalação do Relvado Sintético no Campo de Futebol em Argoselo (87.842,20€)
- *"Outros Investimentos"* (70.751,57€) onde se destacam as despesas associadas à aquisição de estudos e projetos e com a Aquisição de Bens e Serviços para o Balneário Termal .
- Os outros investimentos (*Escolas, Sistemas de Drenagem de Águas Residuais - Esgotos, Captação e Distribuição de Água, Sinalização e Trânsito, Equipamento de Informática e Equipamento Básico*) representam um total de 64.171,41€.

ESTRUTURA DAS DESPESAS



ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES		
Descrição	2016	%
Pessoal	2.502.448,25 €	41,20%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.880.808,71 €	47,43%
Juros e Outros Encargos	35.219,39 €	0,58%
Transferências Correntes	542.000,56 €	8,92%
Outras Despesas Correntes	112.701,73 €	1,86%
Total	6.073.178,64 €	100,00%

Para finalizar este capítulo e com base no quadro anterior, podemos ainda verificar que a estrutura das Despesas Correntes é marcada, no contexto geral, por dois pólos, as Despesas com Pessoal com 41,20% e a Aquisição de Bens e Serviços Correntes com 47,43%, por sua vez, as restantes rubricas têm uma expressão percentual baixa.

6.2 Evolução da Despesa:

A análise comparativa da despesa executada no ano económico em aprego e na gerência anterior, está representada no quadro seguinte, através do qual poderemos constatar que a despesa registou no ano de 2016, face ao ano de 2015, um decréscimo de 805.302,08€, o que representa uma variação relativa de -9,39%.

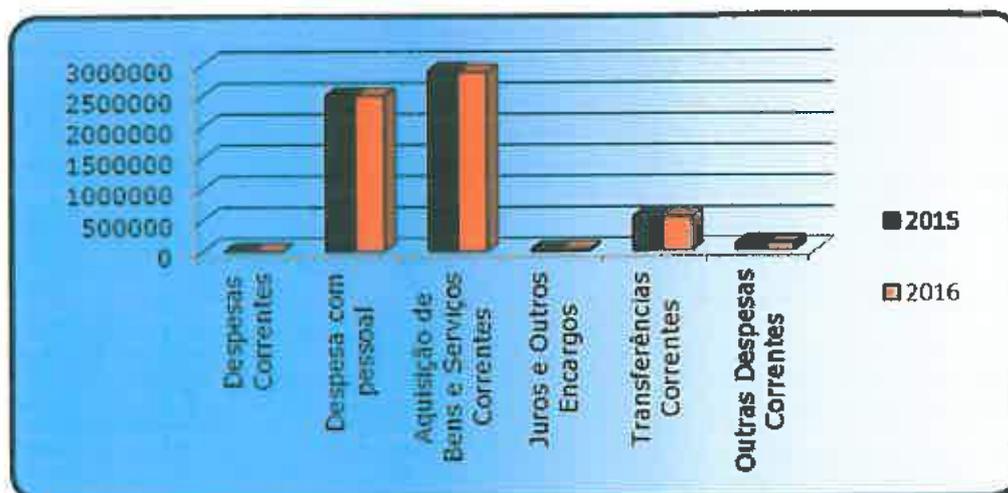
EVOLUÇÃO DA DESPESA				
Despesas Correntes	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Despesa com pessoal	2.506.703,49 €	2.502.448,25 €	-4.255,24 €	-0,17%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2.907.022,78 €	2.880.808,71 €	-26.214,07 €	-0,90%
Juros e Outros Encargos	27.922,15 €	35.219,39 €	7.297,24 €	26,13%
Transferências Correntes	551.965,57 €	542.000,56 €	-9.965,01 €	-1,81%
Outras Despesas Correntes	111.449,64 €	112.701,73 €	1.252,09 €	1,12%
Total Despesas Correntes	6.105.063,63 €	6.073.178,64 €	-31.884,99 €	-0,52%
Despesas Capital	2015	2016	Variação Absoluta	Variação Relativa
Aquisição de Bens de Capital	1.761.749,78 €	1.373.254,22 €	-388.495,56 €	-22,05%
Transferências de Capital	0,00 €	9.950,00 €	9.950,00 €	
Activos Financeiros	402.175,92 €	0,00 €	-402.175,92 €	-100,00%
Passivos Financeiros	293.303,52 €	308.309,92 €	15.006,40 €	5,12%
Outras Despesas de Capital	9.428,01 €	1.726,00 €	-7.702,01 €	-81,69%
Total Despesas de Capital	2.466.657,23 €	1.693.240,14 €	-773.417,09 €	-31,35%
Despesas Totais	8.571.720,86 €	7.766.418,78 €	-805.302,08 €	-9,39%

Comparando o ano de 2016 com o ano de 2015, regista-se um decréscimo de 0,52% nas Despesas Correntes.

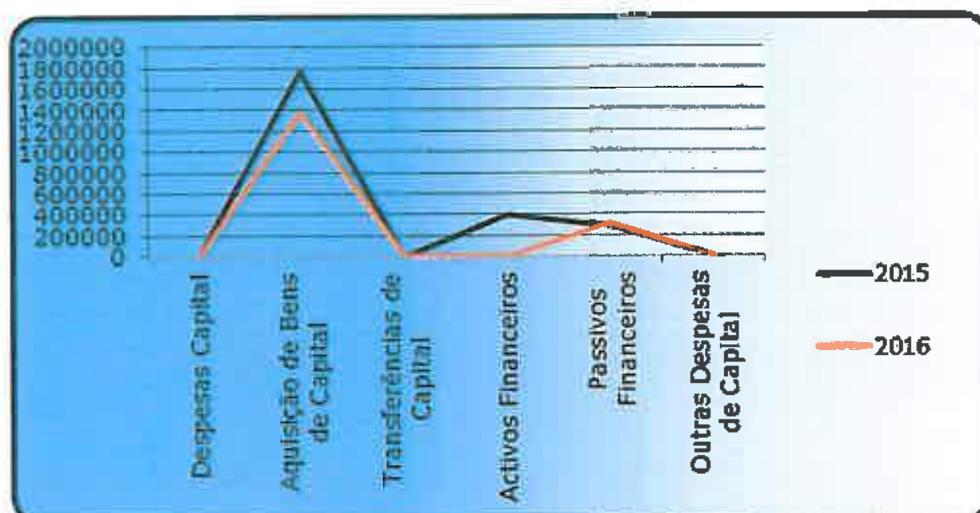
Em termos absolutos no ano de 2016 as despesas correntes diminuíram 31.884,99€, face ao ano de 2015, apresentando no ano em análise, um total de 6.073.178,64€ que representa 78,20% das despesas totais anuais.

Dentro das despesas correntes a rubrica Juros e Outros Encargos foi a que registou maior aumento, na ordem dos 7.297,24€.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES



EVOLUÇÃO DAS DESPESAS CAPITAL



No que respeita às Despesas de Capital, a Aquisição de Bens de Capital registaram um decréscimo de 388.495,56€.

Regista-se um aumento de 15.006,40€ nos Passivos Financeiros. Nesta rubrica estão registadas as despesas com as amortizações de empréstimos contratados e com o Fundo de Eficiência Energética, de acordo com o previsto no contrato de partilha de poupanças líquidas resultante da candidatura POVT-12-0765-FCOES-000027 - Eficiência Energética na Iluminação Pública na Terra Fria do Nordeste Transmontano.

Ainda analisando as Despesas de Capital, convém realçar que a rubrica Ativos Financeiros não registou qualquer movimento no ano de 2016 uma vez que no ano de 2015 o Município de Vimioso contribui antecipadamente com o montante de 402.175,92 € para a realização do capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal aprovado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM). Face ao exposto, o próximo e último pagamento ao FAM – Fundo de Apoio Municipal apenas se vai realizar em 2021.

O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios, baseando-se no princípio de repartição do esforço.

7 - Execução das Grandes Opções do Plano:

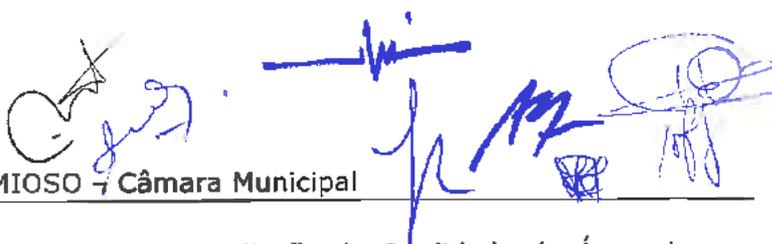
No que respeita à Execução Financeira Anual das Grandes Opções do Plano - GOP, salienta-se o valor de 3.284.661,16€, o que corresponde a um grau de execução anual de 63,40%.

Do ponto de vista operacional, destacam-se como principais contributos para obtenção daquela taxa os pagamentos realizados pelos seguintes objetivos:

- 1.1. Serviços Gerais de Administração Pública (72,40%);
- 1.2. Segurança e Ordem Públicas (17,74%);
 - 2.1. Educação (45,63%);
 - 2.2. Saúde (58,14%);
 - 2.3. Segurança e Ação Sociais (59,29%);
 - 2.4. Habitação e Serviços Coletivos (65,41%);
 - 2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (87,42%);
- 3.2. Indústria e Energia (94,21%);
- 3.3. Transportes e Comunicações (65,42%);
- 3.4. Comércio e Turismo (1,22%);e
- 4.3. Diversas não especificadas (42,15%).

Do ponto de vista de continuidade do modelo de desenvolvimento definido, foi realizado um conjunto de obras / Investimentos das quais se destacam:

1. Beneficiação Conservação de Imóveis (206.270,45€);
2. Aquisição de Bens e Serviços para o Balneário Termal (65.997,57€);
3. Construção de Passeios e/ou Muros no Concelho (102.132,55€);
4. Aquisição de Imóveis no Concelho (27.500,00€);
5. Aquisição de Terrenos no Concelho (71.343,75€);
6. Beneficiação/Conservação/Reparação de Arruamentos Diversos no Concelho (82.701,36€);
7. Regeneração Urbana no Concelho (215.105,68€);
8. Exploração/Manutenção dos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais no Concelho (298.245,95€);
9. Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (307.497,24€);



10. Exploração/Manutenção/ Tratamento e Avaliação da Qualidade da Água das ETAS do Concelho para Consumo Humano (257.888,84€);
11. Remodelação de Recintos Desportivos (243.199,13€);
12. Energia Elétrica/Remodelação/Ampliação da Rede de Iluminação Pública (612.362,77€);
13. Ligação Vimioso – Fronteira (Alcanices) (109.724,62€);
14. Beneficiação da Estrada Vimioso – Pinelo (EN 218-2) – Tramo CM 1117 – Rio Maças (132.268,88€);
15. Aquisição de Material para o Armazém (65.309,65€);
16. Reparação/Manutenção de Viaturas e/ou Máquinas (43.917,70€).

Os valores anteriormente descritos, despendidos no decurso do ano de 2016 são reveladores da capacidade financeira e de gestão da autarquia, na medida em que a maioria dos investimentos foram realizados sem recurso a participações comunitárias.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ANUAL DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO				
	2014	2015	2016	Variação Absoluta 2016-2015
Funções Gerais	32.998,94 €	108.529,35 €	315.871,90 €	207.342,55 €
Funções Sociais	2.536.690,82 €	2.094.372,53 €	1.943.837,31 €	-150.535,22 €
Funções Económicas	656.595,04 €	1.329.023,16 €	887.953,97 €	-441.069,19 €
Outras Funções	268.170,10 €	585.446,88 €	136.997,98 €	-448.448,90 €
Total	3.494.454,90 €	4.117.371,92 €	3.284.661,16 €	-832.710,76 €

Analisando o quadro anterior e o quadro seguinte, mais detalhadamente, deve salientar-se:

➤ Algumas funções revelam uma taxa de execução financeira anual bastante satisfatória, como é o caso das Funções Sociais com uma taxa de execução anual de 67,51% e das Funções Económicas com uma taxa de 82,76%.

➤ A baixa taxa de execução financeira anual das Funções Gerais, com apenas 34,99%, prende-se com a não realização do investimento "Reabilitação de Edifícios das Forças Armadas", cuja dotação prevista para o ano de 2016 ascendia a 492.900,00€. A realização deste investimento tinha como fonte de financiamento a

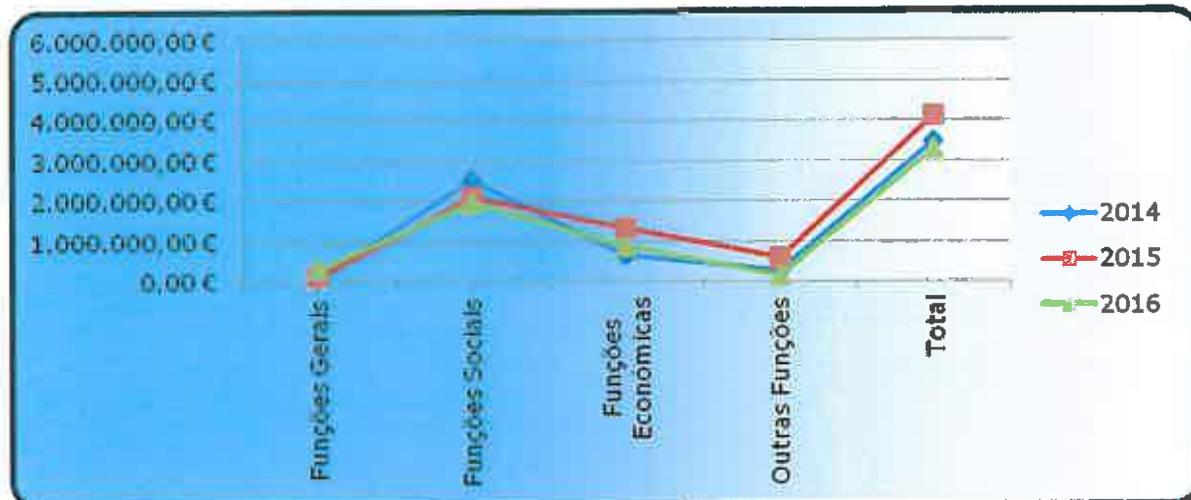
percentagem de 85% de Fundos Comunitários, 10% da Administração Central e 5% da Administração Autárquica.

➤ Relativamente à evolução anual das Grandes Opções do Plano podemos depreender que no ano de 2016 a execução deste foi inferior ao ano de 2015 no montante de 832.710,76€.

➤ Comparando os montantes despendidos no ano de 2016 e 2015, concluímos que apenas as Funções Gerais sofreram um acréscimo.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2016				
	Funções Gerais	Funções Sociais	Funções Económicas	Outras Funções
Dotação Final	902.820,00 €	2.879.501,08 €	1.072.867,58 €	325.351,29 €
Montante Executado	315.871,90 €	1.943.837,31 €	887.953,97 €	136.997,98 €
Taxa de Execução	34,99%	67,51%	82,76%	42,11%

EVOLUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO





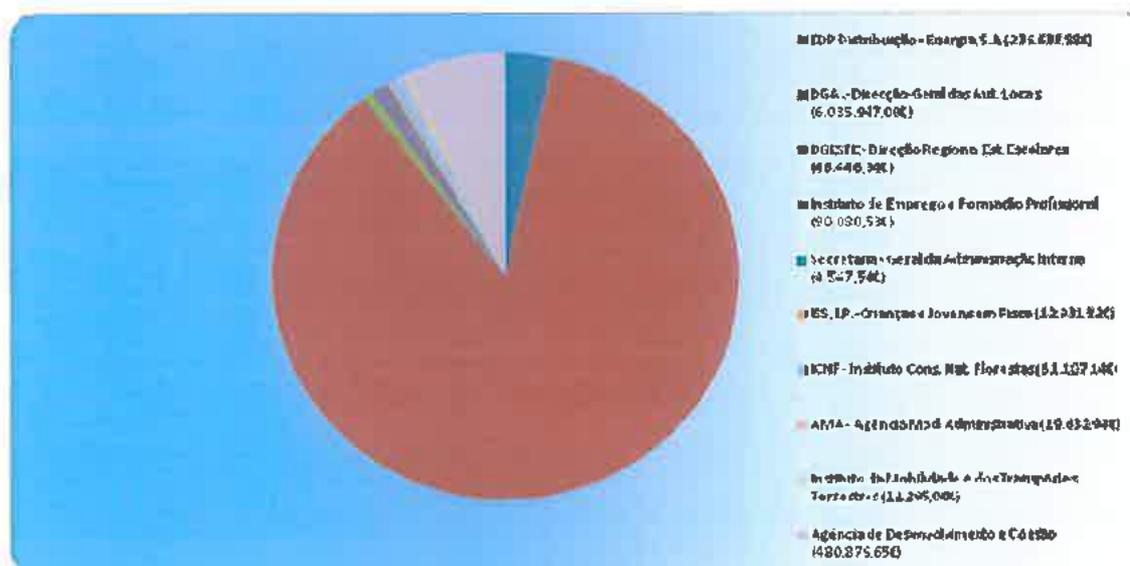
8 - Transferências e Subsídios:

8.1 Receitas Correntes e de Capital:

No gráfico seguinte estão realçadas transferências e subsídios mais significativos, transferidos das principais entidades para o município no ano em análise.

De entre as Instituições, destacam-se a DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, a Agência de Desenvolvimento e Coesão, a EDP a título de rendas de concessão, o IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, a DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e o Instituto Conservação da Natureza e das Florestas.

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA (2016)



8.2 Despesas:

É de registar que no ano de 2016 as transferências correntes verificaram um decréscimo de 9.965,01€, ou seja, de aproximadamente -1,81% relativamente ao ano económico de 2015.

As transferências correntes a instituições sem fins lucrativos, registaram o montante de 338.257,06€. Dentro dessas transferências destacam-se as concedidas à AHBVV - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vimioso com a importância de 109.601,45€, os Clubes de Futebol com 63.500,00€, a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa com o valor de 24.235,00€, o Centro Socio Cultural de Vimioso com 41.000,00€, o Moto-Clube Furões com 13.924,00€, e os Centros, Associações e restantes entidades com a quantia de 85.996,61€.

9 - Dívida do Município:

A 31 de dezembro de 2011 a dívida de médio e longo prazo ascendia a 4.368.015,08€, que representa uma redução de 387.189,61€ face ao ano de 2010. Em 31 de Dezembro de 2012, a Câmara Municipal de Vimioso apresentava uma dívida de 3.957.982,46€, tendo registado uma diminuição relativamente ao ano de 2011, de 410.032,62€, no final do ano de 2013 a dívida de médio e longo prazo totalizava o montante de 3.458.914,97€ e no término de 2014 a dívida de médio e longo prazo perfazia 3.026.379,50€.

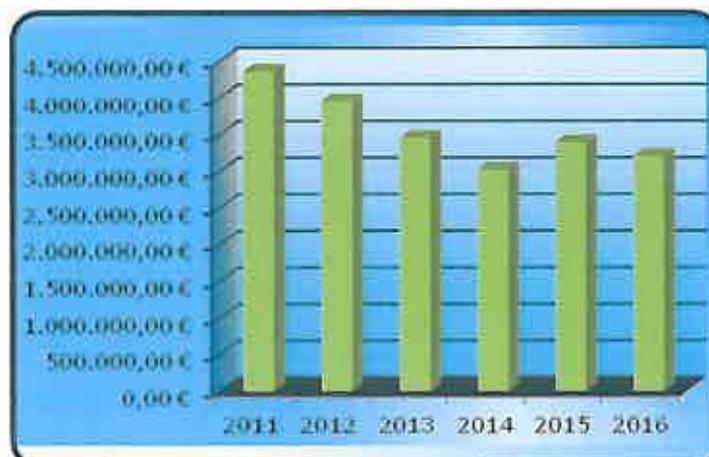
No final do ano de 2015 a dívida de médio e longo prazo totalizava 3.395.654,87€. O acréscimo face ao ano 2014 resultou do facto de durante o ano de 2015 se ter contraído um empréstimo para a execução do investimento "Ligação Vimioso - Fronteira (Alcanices), cuja receita, em 2015, ascendeu a 662.578,89€.

No ano de 2016 ainda foi arrecado o montante de 109.724,62€ do empréstimo contraído em 2015, aumentando nesse montante o capital em dívida o qual, nesse mesmo ano, foi reduzido em 295.211,52€ com a amortização dos empréstimos já contratados, perfazendo a 31 de dezembro de 2016 o montante de 3.210.167,97€.

Por sua vez, a totalidade de encargos resultantes do serviço da dívida, ascendeu a 330.430,91€, dos quais 295.211,52€ respeitam a amortizações, 35.187,39€ a juros de empréstimos de médio e longo prazo e 32,00€ são relativos a taxas de expediente.

EVOLUÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS						
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
ENDIVIDAMENTO	4.368.015,08 €	3.957.982,46 €	3.458.914,97 €	3.026.379,50 €	3.395.654,87 €	3.210.167,97 €

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL



10 - Situação Económica e Financeira – Sua Evolução:

10.1 Estrutura e Evolução Patrimonial:

A evolução patrimonial pode analisar-se através do Balanço, sendo este um documento contabilístico que expressa a situação patrimonial de determinada empresa. O conjunto de bens e direitos constituem o Ativo, enquanto que as obrigações constituem o Passivo.

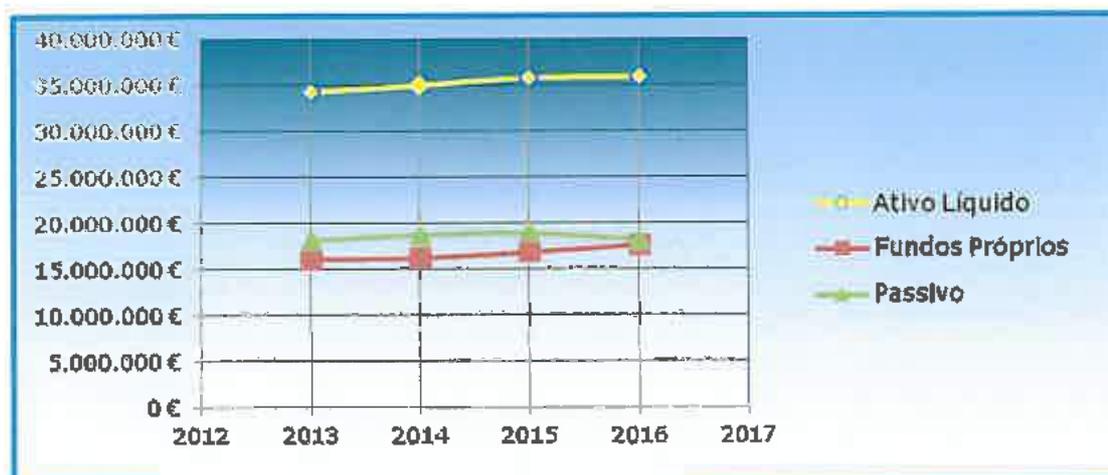
O Balanço encontra-se organizado de forma a permitir o seu equilíbrio, Ativo = Fundos Próprios + Passivo.

Numa óptica financeira, o Ativo corresponde às aplicações de fundos ou investimentos, onde os bens e direitos do município são financiados quer pelos Fundos Próprios, quer pelo Passivo (Capital Alheio).

No quadro seguinte pode observar-se a evolução de 2015 para 2016 verificada no Ativo Líquido, no Passivo bem como nos Fundos Próprios:

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO			
Rubricas	2015	2016	Variação Absoluta
Ativo Líquido	35.800.054,12 €	35.881.785,40 €	81.731,28 €
Fundos Próprios	16.857.822,98 €	17.683.883,85 €	826.060,87 €
Passivo	18.942.231,14 €	18.197.901,55 €	-744.329,59 €

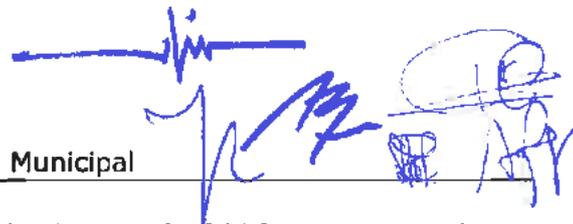
EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DO BALANÇO



10.2 Análise do Ativo:

Tendo por base o quadro seguinte e analisando a composição do Ativo Líquido constante do Balanço, pode ler-se que, a rubrica mais relevante em 2016 foi o Imobilizado, incluindo os investimentos financeiros, com o valor de 32.737.383,58 €.

ESTRUTURA DO ATIVO LIQUIDO			
Descrição	2014	2015	2016
IMOBILIZADO	32.834.095,40 €	32.985.469,72 €	32.737.383,58 €
Bens de Domínio Público	8.416.273,48 €	7.946.938,45 €	7.430.559,78 €
Terrenos e recursos naturais	23.188,31	23.188,31	23.188,31
Outras construções e infraestruturas	8.322.576,46 €	7.856.595,87 €	7.339.586,44 €
Outros bens do domínio público	63.522,31 €	60.167,87 €	56.813,43 €
Imobilizações em curso	6.986,40 €	6.986,40 €	10.971,60 €
Imobilizações Incorpóreas	0,00 €	0,00 €	36.900,00 €
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	36.900,00 €
Imobilizações Corpóreas	23.906.779,03 €	24.527.498,38 €	24.808.890,91 €
Terrenos e recursos naturais	1.352.760,88 €	1.358.287,60 €	1.375.797,60 €
Edifícios e outras construções	12.170.377,83 €	13.747.648,30 €	13.987.948,61 €
Equipamento básico	2.285.518,32 €	2.112.906,50 €	2.165.436,95 €
Equipamento de transporte	155.659,12 €	136.935,35 €	105.374,24 €
Ferramentas e utensílios	87.291,54 €	43.927,94 €	47.231,10 €
Equipamento administrativo	134.379,01 €	47.139,10 €	40.457,96 €
Outras imobilizações corpóreas	547.681,99 €	450.963,16 €	355.738,75 €
Imobilizações em curso	7.173.110,34 €	6.629.690,43 €	6.730.905,70 €
Investimentos Financeiros	511.042,89 €	511.032,89 €	461.032,89 €
Partes de capital	50.000,00 €	50.000,00 €	0,00 €
Obrigações e títulos de participação	461.042,89 €	461.032,89 €	461.032,89 €
CIRCULANTE	2.157.887,63 €	2.814.584,40 €	3.144.401,82 €
Existências	28.854,64 €	15.330,89 €	43.143,34 €
Matérias-primas, subsid. e de consumo	28.854,64 €	15.330,89 €	39.800,65 €
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	3.342,69 €
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	325.126,55 €	602.442,91 €	114.426,55 €
Clientes c/ c	1.986,99 €	1.828,54 €	1.975,36 €
Utentes c/ c	0,00 €	1.552,02 €	0,00 €
Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	11.082,42 €	16.427,54 €	18.287,62 €
Estado e outros entes públicos	18.751,32 €	27.238,11 €	45.634,60 €
Outros devedores	293.305,82 €	555.396,70 €	48.528,97 €
Disponibilidades	1.682.437,62 €	2.085.725,82 €	2.872.577,22 €
Depósitos em instituições financeiras	1.680.417,63 €	2.084.881,04 €	2.872.163,81 €
Caixa	2.019,99 €	844,78 €	413,41 €
Acréscimos e Diferimentos	121.468,82 €	111.084,78 €	114.254,71 €
Acréscimos de proveitos	95.548,58 €	85.368,45 €	87.886,38 €
Custos diferidos	25.920,24 €	25.716,33 €	26.368,33 €
Total do Ativo Líquido	34.991.983,03 €	35.800.054,12 €	35.881.785,40 €



Fazendo uma análise comparativa do ativo líquido do ano de 2016 com o ano de 2015, convém realçar o seguinte:

- Em 2016 observa-se um decréscimo na rubrica Bens de Domínio Público, na ordem dos 516.378,67€.
- O Imobilizado Corpóreo registou em 2016, face ao ano de 2015, um aumento de 281.392,53€, tendo contribuído para esse aumento, no montante de 240.300,31€ a rubrica de Edifícios e Outras Construções.
- A rubrica de Investimentos Financeiros sofreu uma redução de 50.000,00€ referente à liquidação da Empresa Municipal Vimioso 2003 - Atividades Artesanais e Turísticas de Vimioso.
- As Existências registaram um acréscimo de 27.812,45€.
- Relativamente às Dívidas de Terceiros de Curto Prazo verifica-se um acréscimo de 18.396,49€ no montante a receber do Estado e Outros Entes Públicos e uma redução de 506.867,73€ no montante a receber de Outros Devedores. A rubrica Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa registou face ao ano de 2015 um acréscimo de 1.860,08€.
- Quanto às disponibilidades convém referir o aumento de 786.851,40€, face ao ano de 2015.

10.3 Análise dos Fundos Próprios e do Passivo:

Seguidamente apresenta-se a evolução dos Fundos Próprios e Passivo.

ESTRUTURA DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO			
Descrição	2015	2016	Varição
FUNDOS PRÓPRIOS	16.857.822,98 €	17.683.883,85 €	826.060,87 €
Património	7.077.947,99 €	7.160.010,82 €	82.062,83 €
Reservas Legais	1.156.529,29 €	1.199.596,04 €	43.066,75 €
Reservas Livres	- €	12.348,96 €	12.348,96 €
Doações	9.110,00 €	9.110,00 €	- €
Resultados Transitados	7.769.497,69 €	8.420.304,23 €	650.806,54 €
Resultados Líquidos do Exercício	844.738,01 €	882.513,80 €	37.775,79 €
PASSIVO	18.942.231,14 €	18.197.901,55 €	- 744.329,59 €
Provisões para Riscos e Encargos	18.417,51 €	18.417,51 €	- €
Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	3.395.654,87 €	3.265.283,94 €	- 130.370,93 €
Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	647.998,82 €	556.000,85 €	- 91.997,97 €
Acréscimos de Custos	497.232,33 €	569.078,01 €	71.845,68 €
Proveitos Diferidos	14.382.927,61 €	13.789.121,24 €	- 593.806,37 €




Analisando o quadro anterior podemos afirmar que:

- Os Fundos Próprios registaram um incremento de 826.060,87€, face ao ano anterior, que tiveram por base o aumento de 43.066,75€ nas Reservas Legais, de 12.348,96€ em Reservas Livres, de 650.806,54€ em Resultados Transitados e de 37.775,79€ no Resultado Líquido do Exercício.
- Em relação às Dívidas a Terceiros, estas dividem-se em Curto e Médio, Longo Prazos.
- Nas Dívidas a Terceiros a Médio e Longo Prazo, temos a rubrica Empréstimos de Médio e Longo Prazos que regista o valor de 3.210.167,97€ e que face a 2015 diminuiu o seu montante em 185.486,90€. Nesta mesma rubrica encontra-se registado o Fundo de Apoio Municipal com o montante de 55.115,97€ a pagar no ano de 2021.
- No que concerne às Dívidas a Terceiros de Curto prazo destaca-se uma redução de 91.997,97€ face ao ano anterior.
- Os Provedos Diferidos registaram um decréscimo de 593.806,37€ e os Acréscimos de Custos registaram um incremento de 71.845,68€.

10.4 Análise da Demonstração de Resultados:

A Demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração contabilística dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e resultados.

A demonstração do resultado do exercício oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais.

O Município de Vimioso apresenta, à data de 31 de Dezembro de 2016, um Resultado Líquido de Exercício positivo, no valor de 882.513,80€, constituído pelos seguintes resultados:

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				
Descrição		2015	2016	Variação
Resultados Operacionais	1	- 5.687,77 €	- 103.794,76 €	- 98.106,99 €
Resultados Financeiros	2	196.324,05 €	206.533,15 €	10.209,10 €
Resultados Correntes	3=1+2	190.636,28 €	102.738,39 €	- 87.897,89 €
Resultados Extraordinários	4	654.101,73 €	779.775,41 €	125.673,68 €
Resultados Líquido do Exercício	5=3+4	844.738,01 €	882.513,80 €	37.775,79 €

Efetuada uma análise comparativa do ano de 2016 e 2015 podemos verificar que o Resultado Líquido do Exercício evoluiu favoravelmente em 37.775,79€.

Os Resultados Operacionais apresentam um valor negativo de 103.794,76€ e tiveram uma variação negativa de 98.106,99€. O que contribuiu para esse resultado foi o aumento de 115.209,29€ nos Custos Operacionais, acompanhado pelo acréscimo pouco expressivo de 17.102,30€ nos Proveitos Operacionais.

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DOS RESULTADOS OPERACIONAIS			
Rubricas	2015	2016	Varição
Proveitos Operacionais	7.345.297,90 €	7.362.400,20 €	17.102,30 €
Vendas e Prestações de Serviços	490.651,59 €	542.740,06 €	52.088,47 €
Impostos e Taxas	530.170,09 €	454.884,51 €	- 75.285,58 €
Trabalhos para a própria entidade	6.095,38 €		- 6.095,38 €
Transferências e Subsídios Obtidos	6.318.380,84 €	6.364.775,63 €	46.394,79 €
Custos Operacionais	7.350.985,67 €	7.466.194,96 €	115.209,29 €
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	338.184,22 €	267.392,43 €	- 70.791,79 €
Fornecimentos e Serviços Externos	2.585.817,20 €	2.778.014,19 €	192.196,99 €
Custos com o Pessoal	2.500.542,77 €	2.496.895,59 €	- 3.647,18 €
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	554.313,28 €	565.369,48 €	11.056,20 €
Amortizações do Exercício	1.348.460,69 €	1.353.618,93 €	5.158,24 €
Provisões do Exercício	18.417,51 €		- 18.417,51 €
Outros Custos Operacionais	5.250,00 €	4.904,34 €	- 345,66 €
Resultados Operacionais	- 5.687,77 €	- 103.794,76 €	- 98.106,99 €

Relativamente aos Custos Operacionais verificaram-se aumentos nos custos com Fornecimentos e Serviços Externos, Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais e Amortizações do Exercício. Por sua vez registaram-se reduções no Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e nos Custos com o Pessoal.

Os Proveitos Operacionais cresceram 17.102,30€, contribuindo para este resultado a variação negativa registada nos Impostos e Taxas de 75.285,58€, face ao ano de 2015.

No ano de 2016 os Resultados Financeiros e os Resultados Correntes apresentam um valor positivo.

Em 31 de dezembro de 2016, o Resultado Extraordinário, apresenta-se positivo em 779.775,41€, verificando-se um acréscimo de 125.673,68€, face ao ano de 2015.

O comportamento das diversas rubricas de resultados conduziu a um acréscimo de Resultado Líquido, face a 31 de dezembro de 2015.



11 - Conclusão:

O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2016, refletem a atividade municipal desenvolvida e a situação económica e financeira do Município de Vimioso e evidenciam a forma rigorosa e transparente como é gerida a autarquia.

O executivo da Câmara Municipal não abdicou de lutar e consolidar o desenvolvimento sustentável do concelho sem comprometer a saúde financeira e a sustentabilidade futura das suas contas orientando todas as suas ações pelo superior interesse público.

A autarquia manteve os pagamentos a fornecedores e a empreiteiros em dia. Reduziu o volume de dívida e, mesmo assim, não deixou de realizar investimentos orientados para o bem estar da nossa população e desenvolvimento sustentável.

Ao longo do ano de 2016 estivemos particularmente atentos aos fundos comunitários, principal meio que garante o investimento, apesar de estarmos em fase de arranque do presente quadro comunitário (PORTUGAL 2020).

Todos os atores políticos (Freguesias e Município) e sobretudo os munícipes têm contribuído, de forma decisiva, para a coesão do concelho e simultaneamente para o fortalecimento da confiança no futuro que se pretende mais próspero, justo e solidário.

Vimioso, 16 de março de 2017.